

Temperatura

Lisboa MIN 8° MAX 16°

Porto MIN 7° MAX 16°

Hora de Portugal Continental

15:47

Director: Fernando Lima
 Director Adjunto: Francisco Azevedo e Silva
 Subdirectores: Francisco Ferreira da Silva e A. Oliveira e Castro

Terça-Feira,
30 de Março de 2004

Diário de Notícias

HOME | DN INICIATIVAS | DOSSIER | DN EDUCAÇÃO | NACIONAL | INTERNACIONAL | SOCIEDADE | REGIONAL | DESPORTO | NEGÓCIOS | ARTE E MÉDIA | BOA VIDA | TV RÁDIO | ÚLTIMA HORA | OPINIÃO

SOCIEDADE

Mande este artigo
para alguém.
Salvar para ler depois

OUTRAS NOTÍCIAS[Projectos](#)[Reuniões dos prédios](#)[Avião supersónico bate recorde de velocidade](#)[Diário da República](#)[Ensino do Direito continua longe da vida profissional](#)[Guardas prisionais ameaçam com greve](#)[Instituições obrigadas a licenciar-se](#)[Investigação básica em Portugal regista «gravíssimo défice»](#)

Renováveis continuam a marcar passo

PAULA FERREIRA

O cumprimento da meta de produção de energia verde implica um investimento equivalente à construção de cinco pontes Vasco da Gama: cinco mil milhões de euros. Mesmo assim, os produtores acreditam ser possível produzir, até 2010, 39 por cento da energia a partir de fontes renováveis.

Apresentam, contudo, uma série de condições: querem ver o sistema tarifário actual garantido por um período superior a cinco anos e, acima de tudo, a agilização dos processos de licenciamento. Sá da Costa, presidente da APREN (Associação Portuguesa de Produtores Independentes de Energia Eléctrica de Fontes Renováveis) gostaria de ter em Portugal um sistema semelhante ao italiano - neste, se não há resposta a um projecto no prazo de 180 dias, há um deferimento tácito.

Álvaro Rodrigues, do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI) também defende aquele sistema. O especialista, que ao longo das últimas décadas tem estudado o potencial eólico no território nacional, defende a criação de um *guichet* único, para a apreciação de projectos, como solução. Relativamente às medidas aplicadas pelo Governo no início do ano, o investigador afirma que reduziram em dois ou três meses o tempo de licenciamento, o que é uma gota no oceano, se tivermos em conta que, lembra Sá da Costa, o tempo médio de autorização de um parque eólico ronda os três a seis anos; uma mini-hídrica pode demorar 12 anos a ser licenciada.

Para respeitar os compromissos assumidos no seio dos Quinze, Portugal tem de duplicar a produção de energia limpa, passando de

[Irlandeses arrumam cinzeiros](#)

[Negócios na saúde provocam guerra nas misericórdias](#)

[Nova tecnologia transforma ondas em electricidade](#)

[Prisão preventiva equiparada ao uso de pulseiras electrónicas](#)

[Risco aumenta entre as mulheres](#)

[Testemunhas de Cruz começam a ser ouvidas](#)

Breves

[Duas pequenas avarias atingem aviões da TAP](#)

[Nova contratação de docentes é um recuo](#)

[Espanha já registou 24 casos de BSE este ano](#)

[Ciclone 'Catarina' faz um morto no Brasil](#)

4603 megawatts (mw) para 9680. Para isso conta, sobretudo, com o vento e as grandes barragens. A capacidade instalada das restantes fontes praticamente não tem significado. No seu conjunto - mini-hídrica, biomassa, biogás, resíduos sólidos urbanos, ondas e fotovoltaico - representavam em 2001, 293 mw. Até 2010, está previsto crescer até aos 930 mw.

A solução está no vento e nas grandes hidroeléctricas. Mas muito há ainda a fazer. Em 2001, a potência instalada de energia eólica era de 101 mw; em 2003, tínhamos 300 mw - um valor residual se pensarmos que até 2010 devem ser instalados 3750 mw. No que diz respeito às grandes barragens, que asseguram o grosso da energia verde, com 4209 mw, será necessário aumentar a produção para 5000 mw. Para atingir esse objectivo estão previstos reforços nas centrais hidroeléctricas de Picote, Venda Nova e Salamonde, bem como a construção de um novo empreendimento, por exemplo, a polémica barragem do Sabor, que, para produzir energia limpa, vai destruir um dos últimos redutos selvagens de Portugal.

A questão tem sido colocada nestes termos: ou se conserva o santuário natural que o Sabor de facto é ou se produz energia renovável. Uma posição que não é restrita aos decisores políticos. Álvaro Rodrigues, do INEGI, dá como exemplo a contestação ambientalista à energia eólica e pergunta: «Querem aerogeradores ou dióxido de carbono?», sublinhando que não podemos continuar a «ter electricidade barata, os prédios sem placas fotovoltaicas e contestar a construção de barragens», pois tais posições são «insustentáveis», lembra.

Mas afirma que, apesar dos esforços feitos pelo Ministério do Ambiente no sentido de minimizar os constrangimentos, «vamos ter um endurecimento da componente ambiental». Ou seja, Álvaro Rodrigues teme que venha a ser lançado o conceito de efeito cumulativo. O que significa que, num determinado espaço, onde já existam parques eólicos, mesmo sem a previsão de efeitos negativos do ponto de vista ambiental, um novo projecto venha a ser chumbado. Reconhece, todavia, que para serem cumpridas as metas europeias, corremos o risco de transformar a paisagem num contínuo de ventoinhas.

Um cenário bastante realista. Peças Lopes, do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) do Porto, afirma que o vento é a «única fonte que teria flexibilidade para se adaptar às variações que o consumo impõe». Daí, na sua opinião, a necessidade de «haver vontade política para agilizar certos processos». E deixa um recado à Rede Eléctrica Nacional: «Tem de ter uma atitude de modernidade e integrar novos conceitos de gestão técnica.»

É precisamente isso que se estuda no INESC. Em colaboração com o INEGI e o Instituto de Meteorologia, está a trabalhar em sistemas de previsão da produção eólica, bem como nas possibilidades de armazenamento de energia. A ligação às centrais hidroeléctricas é uma possibilidade que Peças Lopes vê com interesse, uma vez que a energia produzida no parque eólico pode ser bombeada para a central hidroeléctrica e distribuída apenas quando a procura é maior, de forma a reduzir as perdas. O baixo Sabor é visto como um excelente local para aliar as duas tecnologias.

Há, no entanto, um longo caminho para percorrer em pouco tempo. Os associados da APREN estão dispostos a fazê-lo, desde que o Estado lhes garanta um «mercado transparente». Mas tudo vai por água abaixo se o consumo de energia ultrapassar as estimativas de crescimento médio de cinco por cento ao ano. Em 2003 cresceu, 7,5 por cento.



Navegue no DN	Serviços	Lotaria	Farmácias	Cinemas	Horóscopo	Meteorologia
Agenda Cultural	Guia TV	Meu caro DN	Debate	Cartas	Opinião sobre o DN	Email do Provedor
DN Interactivo	TalkNet	Chat do Dia	Inquérito	Newsletter	Suplementos	Negócios
DN Jovem	Arquivo DN	Documentos DN	Edições Anteriores	Ficha Técnica	Tab. de Publicidade	

HOME | **DN INICIATIVAS** | DOSSIER | **DN EDUCAÇÃO** | NACIONAL | **INTERNACIONAL** | SOCIEDADE | **REGIONAL** | DESPORTO | **NEGÓCIOS** | ARTE E
MÉDIA | **BOA VIDA** | TV RÁDIO | **ÚLTIMA HORA** | OPINIÃO



Multimedia

Copyright © 1995,2004 Diário de Notícias, SA
Todos os direitos reservados . Regras de acesso
webmaster@dn.pt | Ficha técnica

